

O DISCURSO DA MÍDIA SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE NAS INSTITUIÇÕES MILITARES

*Elsa Soares Leite**

RESUMO:

O presente artigo trata da homossexualidade sob o enfoque discursivo. Esse trabalho objetiva investigar quais os sentidos sobre a homossexualidade no interior das instituições militares são evidenciados no discurso da mídia. A pesquisa se fundamenta nos pressupostos teórico-analíticos da Análise de Discurso, de linha francesa, a partir das contribuições teóricas de Pêcheux (2008) e da teórica brasileira, Eni Orlandi (2008) e dos aportes teóricos de Foucault (2009) sobre as questões referentes à sexualidade, entre outros. Observamos, nesse trabalho, em qual formação discursiva os enunciados da mídia se inscreveram para poder “dizer” sobre a homossexualidade, ou como um “desvio da norma heterossexual”, ou como uma “opção sexual” ou uma “orientação sexual”. Os resultados nos mostram que, de fato, os sentidos evidenciados no funcionamento do discurso da mídia são aqueles que se dão pela “interpelação ideológica militar”, circunscrita pela heteronormativa, tais como: “desvio de conduta”, “pecado”, “anormalidade” e “doença”.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Homossexualidade; Mídia.

Discussões iniciais

A homossexualidade não é algo novo no comportamento humano. É um tema que sempre esteve presente na história da humanidade. Segundo Dagnese (2000, p. 11), “vários relatos de historiadores de culturas antigas evidenciam datar o relacionamento sexual entre pessoas do mesmo sexo tanto quanto a própria existência humana”.

* Doutorando em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Letras: Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Segundo Soares (2006), a homossexualidade já existia em sociedades pré-históricas cujas relações entre pessoas do mesmo sexo faziam parte dos rituais de passagem masculina. Segundo esses estudos relatados na obra de Spencer (1999), a homossexualidade, como ritual de passagem masculina das sociedades pré-históricas, era exercitada por meio da penetração dos tios maternos nos jovens de idade entre 12 e 13 anos, uma vez que o esperma de seu tio era essencial para se tornarem fortes, e assim passar da infância para a fase adulta. Na Grécia, segundo Spencer (1999), o *amor grego* era um ideal, um espaço privilegiado da homossexualidade. Dagnese (2000, p. 14) comenta:

A pederastia militar também sempre existiu na Grécia desde tempos antigos. Ainda que as várias fases da antiga civilização grega apresentassem posicionamentos por vezes diversos quanto à questão homossexual, variando de intensidade, a permissividade social sempre existiu. Em Esparta a pederastia fazia parte da educação, sendo recomendado aos jovens da aristocracia que tivessem amantes do mesmo sexo. O hábito mais usual referente à homossexualidade era o de senhores terem jovens rapazes, aos quais deviam ensinar os métodos do sexo. Tais jovens eram muitas vezes indicados pela própria família para tal função.

Mais adiante, Dagnese (2000, p. 14) acrescenta:

Sem dúvida o que mais impressiona ao se analisar a homossexualidade na antiguidade é o fato de, salvo raríssimas exceções, todos os grandes nomes daquela época, sejam filósofos, políticos, soldados ou poetas (entre outros, a saber: Platão, Aristóteles, Sócrates, Aristófanes e Alexandre o Grande) terem mantido relações homossexuais ou tratado destas em suas obras de maneira receptiva.

Na sociedade romana, havia separação rígida entre escravos e cidadãos, “havia tolerância entre escravos e seus senhores, podendo estes terem seus rapazes preferidos”. Havia a exigência de que os senhores só podiam tomar o papel apenas ativo do coito, como forma de preconceituar a passividade, o papel feminino. Não só na Grécia Antiga e em Roma, foi constatada, nos estudos históricos e antropológicos, a existência de relações homossexuais de forma natural, mas também no Oriente, como na Índia e na China.

Na Índia, o sexo não era visto para procriação, mas para obtenção de prazer e poder, de tal maneira que a relação entre semelhantes era natural. Para os indianos, esse tipo de relação era normal, pois proporcionavam prazer. Para eles, o prazer se relacionava ao misticismo, pois, na cultura indiana, com os orgasmos seria possível compreender os enigmas de seu deus. A China também concebia as relações homossexuais de forma natural. Para os chineses, a homossexualidade era influenciada por seus imperadores, sendo que cada imperador tinha inúmeros *favoritos*. Assim, havia uma grande disputa na corte para se tornar um favorito, pois tal posição possibilitava riqueza e prestígio. A visão que todos esses povos tinham em relação à homossexualidade foi alterada com o surgimento do cristianismo. Essa religião passou a condenar toda e qualquer forma de atividade sexual estéril, isto é, que não fosse para a finalidade da procriação. Nesse sentido, a homossexualidade passou a ser um dos *abhos* de condenação do cristianismo.

Foucault (2009c, p. 9), comenta que é a partir do século XVII que a “sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir”. Daí em diante, o sexo é silenciado e controlado. De acordo com Foucault (2009d, p. 230), “o sexo foi aquilo que, nas sociedades cristãs, era preciso examinar, vigiar, confessar, transformar em discurso”. O autor comenta: “poder falar da sexualidade se podia muito bem e muito, mas somente para proibi-la”. Foi por volta de 1870 que os psiquiatras começaram a constituir a homossexualidade como objeto de análise médica: ponto de partida, certamente, de toda uma série de intervenções e de controles novos (FOUCAULT, 2009d, p. 233). Para o autor, todos os comportamentos sexuais que fogem à *lei da natureza*, começaram a ser estudados incansavelmente pela ciência, pois estas manifestações sexuais apresentam uma ameaça ao costume moral e à raça.

Por outro lado, Foucault (2009d) também comenta que, o advento do capitalismo não obrigou o sexo a calar-se ou esconder-se. Pelo contrário, desde o século XVI até o XIX (século que marca o nascimento das ciências humanas), o sexo foi incitado a se confessar e a se manifestar por meio das instituições: a família, a Igreja, o Estado, e dos sabe-

res como a Medicina, o Direito, a Sociologia, a Psicologia e a Psiquiatria. Foi criado, na época, um conjunto de categorias, apoiado nas ciências médicas e psiquiátricas, no sentido de instituir as práticas sexuais que fogem ao padrão de *normalidade* (a heterossexualidade), assim sendo, a homossexualidade é uma inversão da normalidade, ou mesmo, um desvio do comportamento considerado normal.

Surge, assim, a heteronormatividade como norma que regula a vida social, isto é, “um tipo de camisa-de-força que oprime qualquer comportamento que fuja às suas normas” (OKITA, 2007, p. 51). Segundo Britzman (1996, p. 79), a heteronormatividade é, na compreensão da autora, “a obsessão com a sexualidade normalizante, através de discursos que descrevem a situação homossexual como desviante”. Por meio da heteronormatividade, conforme observa Michael Warner (1983), a heterossexualidade é instituída e vivenciada como única possibilidade legítima (e natural) de expressão identitária e sexual. A homossexualidade torna-se: desvio, crime, aberração, doença, perversão, imoralidade, pecado. Para Louro (2007, p. 27), “a produção da heterossexualidade é acompanhada pela rejeição da homossexualidade. Uma rejeição que se expressa, muitas vezes, por declarada homofobia”.¹ Nessa mesma compreensão, Butler (2008, p. 92) comenta:

[...] no desenrolar do século XVIII na Europa a fome e as epidemias começam a desaparecer e que o poder, que antes tinha sido governado pela necessidade de afastar a morte, torna-se agora ocupado com a reprodução, manutenção e regulação da vida. É no curso desse cultivo regulador da vida que a categoria do sexo é estabelecida. Naturalizado como heterossexual, ele é desenhado para regular e assegurar a reprodução da vida. Ter um sexo verdadeiro com um destino biológico e uma heterossexualidade natural torna-se assim essencial para a meta do poder, agora entendido como produção disciplinar da vida.

Para Butler (2008, p. 96), quando o sexo se torna um lugar de poder, “ele se torna um objeto de discursos legais e reguladores”. Segundo Louro (2007, p. 27),

¹ O termo “homofobia” é um neologismo cunhado pelo psicólogo clínico George Weinberg (1972) que é usado para definir sentimentos negativos (medo, raiva) em relação a homossexuais e à homossexualidade.

Redobra-se ou renova-se a vigilância sobre a sexualidade, mas essa vigilância não sufoca a curiosidade e o interesse, conseguindo, apenas, limitar sua manifestação desembaraçada e sua expressão franca. As perguntas, as fantasias, as dúvidas e a experimentação do prazer são remetidas ao segredo e ao privado. Através de múltiplas estratégias de disciplinamento, aprendemos a vergonha e a culpa; experimentamos a censura e o controle. Acreditando que as questões da sexualidade são assuntos privados, deixando de perceber sua dimensão social e política.

Nesse sentido, a homossexualidade é categorizada, judicialmente, como uma “irregularidade sexual”, por ser definida pela ciência médico-psiquiátrica, como um tipo de *transtorno mental*, representando aquilo que poderia promover a desordem social. A psiquiatria clássica descrevia o homossexual como um perverso. Além disso, essa ciência sustentava a concepção de que a personalidade do homossexual continha traços femininos (por ser um homem invertido), o que explicava da atração que o mesmo sentia por homens viris.

De acordo com Aires (1985), tanto a igreja judaico-cristã quanto a ciência impingiram no imaginário social, estereótipos e imagens caricaturais a respeito dos homossexuais, na medida em que as práticas discursivas sobre eles se constituíram como saberes institucionalizados cujos princípios sustentavam sentidos: “os homossexuais eram seres pecaminosos que poderiam seduzir outras pessoas para o ‘mau caminho’, ou, “os homossexuais eram seres ‘deformados’, portanto, não deveriam ser culpabilizados por isso, porém, deveriam ser isolados e vigiados”.

Homossexualidade e as instituições militares

Segundo Althusser (1969) os Aparelhos Repressivos de Estado (a polícia, o exército, os presídios, entre outros) agem por meio da violência (física ou simbólica) de forma a dar a sustentação aos Aparelhos Ideológicos de Estado (a escola, a igreja, a família, os sindicatos) para que os mesmos possam atuar, ideologicamente, sob as pessoas exploradas, por meio de um sistema que funciona pelo uso de poderes ou micropoderes (como

por exemplo, uma ordem que regulamentam os discursos, interditando-os ou não), re-produzindo a exclusão, a desigualdade e a discriminação.

Foucault (2009a, p. 9) supõe que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos”, como a exclusão e a interdição. Em relação a isso, ele comenta:

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (FOUCAULT, 2009a, p. 9).

Segundo Dagnese (2000, p. 33), a homossexualidade no ambiente militar é considerada um tabu, onde se evita falar sobre o assunto. Para Okita (2007, p. 98-99),

A educação, a Igreja e a família exercem um papel de agentes indiretos da repressão contra os homossexuais. Ao governo e seus órgãos de segurança cabe o papel de agente direto desta repressão. [...] Quando a polícia prende o homossexual na rua, para ele, homossexual, o inimigo fica claro: trata-se da repressão do Estado.

No enunciado título do jornal virtual *iparaíba.com.br* (publicado em 11/03/2010): “Políciais militares gays se dizem alvo de preconceito na corporação”², nos mostra que há o discurso do preconceito sobre a homossexualidade na corporação militar. Por isso que muitos homossexuais, principalmente os que são militares, preferem ficar no *armário*, ou seja, preferem esconder sua orientação sexual para que não sofram preconceito, por meio de rejeições, piadinhas, humilhações e exclusões. Na mesma reportagem, há o enunciado: “PM (Políciais Militares) gays afirmam que sofrem com o preconceito e, em alguns casos, preferem esconder a opção sexual”. Dagnese (2000, p. 33) comenta:

² Consultar anexo I.

Previsto como crime contra os costumes, o art. 235 do Código Penal Militar (CPM) brasileiro traz a *prática do homossexualismo*, ocorrendo em local sob a administração militar. Trata-se de crime de *mão própria*, estando, em princípio, afastada a hipótese do concurso de agentes, tendo o agente previamente definido o delito, o que o agrava. [...] O Superior Tribunal Militar recente e sabiamente manifestou a intenção de não mais ver arrolado o crime de prática homossexual do art. 234 no CPM, embora nada objetivamente ainda fez (grifos do autor).

Assim, no Código Penal Militar de 1969, ainda em vigor, há no Capítulo VII – Dos Crimes Sexuais, o artigo 235, afirmando: “Praticar, ou permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito a administração militar: Pena - detenção, de seis meses a um ano”. Mesmo que a legislação apenas aponte a homossexualidade como “delito sexual” se for realizada no interior da corporação militar, muitos homossexuais militares continuam sendo discriminados e punidos. Segundo Dagnese (2000, p. 36):

Em 15 de maio de 1994, a Folha de São Paulo publicou artigo referente ao afastamento do coronel Zani Maia do corpo do exército. Não foi ele condenado pelo art. 235 do CPM, mas pelo art. 28, que obriga os militares a manter a vida pública e particular ilibada. Daí percebe-se o círculo vicioso no qual, para evitar o conhecimento público, o militar homossexual sujeita-se às práticas do submundo, que condenarão sua vida privada, tudo devido à pressão social, e neste caso militar, que impede o exercício de viver com dignidade, sem a necessidade de máscaras.

Relembrando Althusser (1969, p. 95), somos sempre “sujeitos”, constituídos por/através da ideologia e supomos que os indivíduos militares possam ser sujeitos que surgem da interpelação ideológica militar, ou seja, são sujeitos que “falam” através do que é dito pelo Código Civil Militar. A homossexualidade no interior das instituições militares deve ou não pode ser exposta, precisa, pois, ser evitada, velada, controlada. Assim, o discurso sobre a homossexualidade nas instituições militares é, na maioria das vezes, interdito, silenciado.

Para Pêcheux (1997b) o discurso se define por aquilo que ele não é. Ou seja, “o *discurso* não é uma ‘mensagem’, visto que, como um constructo teórico proveniente do funcionamento da língua, não se restringiria, apenas, à transmissão de informação” (PÊCHEUX, 1997b p. 25). O discurso, também não é a ‘fala’, postulada por Saussure (2003), pois, não se trata de opô-lo à língua como sendo esta um sistema, e o discurso, apenas, uma *manifestação* casual e individual (PÊCHEUX, 1997b, p. 25, grifos do autor). Dito de outro modo, a AD não desconsidera a língua enquanto sistema, enquanto estrutura de natureza social, preconizado pela Linguística de Saussure. Entretanto, Pêcheux (1997a) a põe em questão a partir do que foi deixado de fora de sua constituição, ou seja, ao que lhe é exterior: o sentido, o sujeito e a história. Assim, é a partir desse novo olhar sobre a língua e sua relação com a exterioridade que Pêcheux postula o objeto da AD, o discurso.

O termo discurso, explica Orlandi (2007, p. 15), etimologicamente “tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento”, ou seja, o discurso é a palavra em movimento, se move em direção a outros discursos filiados a uma rede tecida por semelhantes escolhas e exclusões. Os discursos, mesmo quando dispersos pelo tempo e pelo espaço, acabam por se unirem, se enredarem, pois são atravessados por uma mesma escolha temática, mesmos conceitos, objetos, modalidades ou por um mesmo acontecimento.

Segundo Dagnese (2000, p. 36) “a história militar auxilia o estudo da homossexualidade nas fileiras militares”. Para tanto, o autor afirma que “na Grécia antiga um soldado espartano podia defender não apenas os ideais da guerra, mas heroicamente, além da pátria, defender seu parceiro ou seu amado com reciprocidade” (DAGNESE, 2000, p. 36). Logicamente, o sentido dado no funcionamento do discurso sobre a homossexualidade numa instituição militar varia conforme as condições de produção que permitem sua constituição e realização em determinada formação social. A título de ilustração, observamos os enunciados:

“Eles são do Exército. Eles são parceiros. Eles são gays”, utilizados na capa da revista *Época* de 2008, abaixo ilustrada (ver figura 01), quando veio a público em toda mídia brasileira, televisiva e imprensa, o episódio dos dois jovens militares do exército brasileiro que assumiram publicamente sua condição de homossexual.



Figura 01 - Revista *Época*, junho 2008.

Em linhas gerais, a reportagem relata que o exército brasileiro prendeu o sargento Laci Marinho de Araújo por deserção, ao confirmar seu relacionamento com Fernando de Alcântara Figueiredo, um colega de farda e, também, sargento da corporação. O caso homossexual dos dois militares que “saíram do armário” ganhou repercussão mundial, promovendo vários debates no seio social. Assim, podemos dizer que o discurso na revista *Época* sobre a homossexualidade no *exército brasileiro* não é um discurso *inédito* na história militar. Segundo Dagnese (2000, p. 36), “em 15 de maio de 1994, a *Folha de São Paulo* publicou artigo referente ao afastamento do coronel Zani Maia do corpo do exército”, respaldando-se no art. 28 do Código Penal Militar (CPM) o qual obriga militares a manter vida pública e particular ilibada. Em se tratando do caso dos dois militares da revista *Época*, Domingos (2009, p. 17) comenta que, naquele momento,

[...] Toda a série de debates que surgiu em torno desse acontecimento era, principalmente, ou tentando apontar uma postura pre-

conceituosa por parte das forças armadas para com os homossexuais ou buscando endossá-la com base no Código Penal Militar brasileiro que em seu artigo 235 deixa claro: “praticar, ou permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito a administração militar” é crime sujeito a detenção de seis meses a um ano. Havia ainda discursos mais extremados com enunciados do tipo “o exército não é lugar de veados”. Sem esquecer do falso moralismo que o Superior Tribunal Federal, do alto de sua autoridade suprema, deixou emanar, ao dizer que o código não ofende a intimidade dos militares: “ Fora do quartel, não há problema nenhum. Mas lá dentro pode comprometer a disciplina da tropa”.

Na compreensão de Domingos (2009), o discurso do preconceito em relação aos dois militares da reportagem de *Época* se sustentou no discurso jurídico militar que *condena* ou *pune* homossexuais militares que expõem publicamente sua orientação sexual. E se sustentou também no discurso moralizante católico-cristão, segundo o qual a igreja não proíbe seus fiéis de serem homossexuais, desde que se mantenham castos. Esse mesmo discurso é retomado pelo promotor da Justiça Militar, quando ele diz: “Fora do quartel, não há problema. Mas lá dentro pode comprometer a disciplina da tropa”.

Além dos discursos preconceituosos sobre a homossexualidade dos referidos militares, a mídia veiculou também discursos não-preconceituosos, oriundos dos grupos ativistas em prol da diversidade sexual. Por outro lado, a *Constituição Federativa do Brasil* de 1988, no art.3º, afirma a construção de uma sociedade livre, justa e igualitária (inciso I), bem como a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (inciso IV).

O discurso da mídia sobre a homossexualidade nas instituições militares

Navarro (2003, p. 113) afirma: “no discurso jornalístico, o lugar midiático articula-se também com o saber e o poder. O jornalista não pode falar como quiser, pois tem de submeter-se a certas regras internas e externas da instituição midiática”. Por esse viés, o autor acrescenta:

Quanto ao poder, a relação entre a chamada grande imprensa, as elites e os detentores do poder aparecem na forma [...] de “denuncismo”: o uso da imprensa para legitimar as atitudes de uma autoridade política ou conferir tratamento pejorativo aos fatos a ela relacionados. A mídia cria, portanto, mocinhos e bandidos, heróis e derrotados (NAVARRO, 2003, p. 113).

A homossexualidade na mídia foi, desde sempre, retratada de forma estigmatizada e inferiorizada, principalmente em programas humorísticos. Segundo Eribon (2008, p. 90-91),

a homossexualidade há tempos vem dando lugar a uma proliferação de imagens que desvalorizam, degradam principalmente na caricatura (mas também no cinema e na televisão, que, em geral, só fazem fornecer, com novos meios, imagens bem próximas da tradição caricaturista). [...] A caricatura homófoba [...] é uma “difamação”; ela faz “alusão” à injúria, inscreve-se no horizonte da injúria e apela para os esquemas mentais que permitem fazer rir a propósito dos homossexuais. Exprime a inferioridade atribuída à homossexualidade na sociedade e perpetua as estruturas mentais que fundam essa inferioridade. Faz “alusão” à condenação imemorial da homossexualidade e chama, por conseguinte, a atenção de toda a violência simbólica, cultural, política e jurídica de que os *gays* são objeto (grifos do autor).

No entender de Foucault (2009a), o discurso expressa um saber, pelo qual exerce um poder. Para o autor, há em todo discurso uma “vontade de verdade” que, ao trazer em si a oposição entre o verdadeiro e o falso, classifica algo como verdadeiro. Essa oposição entre o verdadeiro e o falso é o que sustenta o sistema de exclusão de que a mídia se utiliza em suas produções jornalísticas. O discurso da mídia é um produto que só se torna possível por meio de condições e procedimentos que ela mesma estabelece, baseada em sua própria *ordem do discurso*. Assim, a mídia institui seu discurso como verdadeiro. É nessa perspectiva que Foucault (2009b, p. 205) afirma: “[...] não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma”.

Para Navarro (2010, p. 84), “a mídia é um campo institucional em que o sujeito que nela fala é, ao mesmo tempo, aquele que pode dizer a verdade dos fatos – pelo saber

que detém sobre eles – e aquele que pode produzir os fatos na sua verdade e submetê-los à realidade – pelo poder que exerce na sociedade”. Assim, a mídia funciona “como um jogo de legitimação e controle”. Um exemplo disso é a matéria jornalística divulgada pela *Folha online* cujo título é: “Revista da Globo evita capa com beijo entre sargentos gays do Exército”³



Figura 02 – Revista *Época*, junho 2008.

Em linhas gerais, a *Revista Época* (número 524, de junho de 2008) decide qual imagem de capa irá publicar. Por esse controle, a revista determinou a escolha da imagem, *sem o beijo entre os militares*, como a opção mais *adequada*. Segundo Foucault (2009a), a *interdição* é o procedimento de exclusão mais utilizado na sociedade contemporânea, que se caracteriza pelo controle e pela vigilância dos *fazeres/dizeres* dos indivíduos. A *interdição*, como um procedimento de controle dos discursos da mídia, funciona como um mecanismo de controle e de vigilância social, determinado pela sociedade disciplinar, a qual impõe aos indivíduos, suas leis, suas regras, seus valores, permeados por questões de ordem sociopolíticas, econômicas e ideológicas. Segundo Cruz (2009), a imagem, ao lado da notícia, cria efeitos de sentido e opera na produção de verdades cristalizadas socialmente. Assim, para que possamos empreender uma análise do discurso da mídia é necessário

³ Consultar anexo II.

perceber as diferentes linguagens que povoam os enunciados jornalísticos: a verbal e a não-verbal.

Althusser (1969), nas décadas de 1960 e 1970 do século passado, discute a questão do sujeito, relacionando-o à reprodução capitalista das relações de produção. Nessa discussão, Althusser (1969, p. 9) afirma: “a condição última da produção é, portanto a reprodução das condições de produção”, isto é:

[...] a reprodução da força de trabalho exige não só uma reprodução da qualificação desta, mas, ao mesmo tempo, uma reprodução da submissão desta às regras da ordem estabelecida, isto é, uma reprodução da submissão desta à ideologia dominante para os operários e uma reprodução da capacidade para manejar bem a ideologia dominante para os agentes da exploração e da repressão, a fim de que possam assegurar também, pela palavra, a dominação da classe dominante” (ALTHUSSER, 1969, p. 21).

Para o filósofo marxista, é com a dominação dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) que a elite burguesa reproduz sua lógica de dominação, exclusão e desigualdade às classes menos favorecidas. Essas classes oferecem sua força de trabalho – produção – em troca do capital (salário) e se submetem, ideologicamente, às estratégias hegemônicas que reproduzem o discurso burguês através dos AIE. Segundo o autor, o Estado:

[...] é uma máquina de repressão que permite às classes dominantes (no séc.XIX à classe burguesa e à classe dos proprietários de terras) assegurar a sua dominação sobre a classe operária para submeter ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista) (ALTHUSSER, 1969, p. 31).

Assim, o Estado compreendido em torno de seus Aparelhos Ideológicos e os Aparelhos repressivos, garante a manutenção da ideologia dominante burguesa. Eribon (2008, p. 77) comenta:

[...] convém notar que Althusser fala [...] da divisão do trabalho entre as classes e do papel que nisso cabe aos indivíduos pela “ideologia”, como se estivessem naturalmente em seu lugar, ligando-os,

assim, às funções sociais que lhes são destinadas. Mas é evidente que podemos transpor suas observações para outras realidades sociais, tais como a divisão sexual, a hierarquia entre os sexos e as sexualidades.

Nesse sentido, a ideologia dominante sustenta os interesses sociopolíticos da classe dominante a qual se circunscreve na ordem do patriarcado. Por essa ordem se compreende o domínio dos homens em relação às mulheres para que fosse garantida a herança da propriedade privada. Nessa lógica, a ideologia dominante, burguesa, passa a valorizar e instituir a heterossexualidade como norma da vida social e privada. Nessa perspectiva, podemos dizer que a ideologia dominante, que se reproduz por meio do Estado, passa a funcionar através da heterossexualidade como norma. Segundo Foucault, é a partir do século XIX que a sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada, isto é,

Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo (FOUCAULT, 2009c, p. 9).

Nesse sentido, o sexo passa a ser regulado a partir da heteronormatividade. Com efeito, todo indivíduo, toda prática (sexual) e todo discurso que se contrapõem a essa norma, precisa ser “expulso, negada e reduzido ao silêncio” (FOUCAULT, 2009c, p. 10). Em relação ao sexo e o poder, Foucault (2009c, p. 93-94) tece algumas considerações, como:

- a) *A relação negativa* – “o poder jamais estabelece relação que não seja de modo negativo em relação ao sexo: rejeição, recusa, barragem ou, ainda, ocultação e mascaramento”;

- b) *A instância da regra* – “o poder seria, essencialmente, aquilo que dita a lei, no que diz respeito ao sexo; este fica reduzido a aquele através de um regime binário: lícito e ilícito, permitido e proibido”;
- c) *O ciclo da interdição* – “[...] Sobre o sexo, o poder só faria funcionar uma lei de proibição. Seu objetivo: que o sexo renunciasse a si mesmo. Seu instrumento: a ameaça de algum castigo que nada mais é do que sua supressão”;
- d) *A lógica da censura* – “Supõe-se que essa interdição tome três formas: afirmar que não é permitido, impedir que se diga, negar que exista”;
- e) *A unidade do dispositivo* – “O poder sobre o sexo se exerceria do mesmo modo a todos os níveis. De alto a baixo, em suas decisões globais como em suas intervenções capilares, não importando os aparelhos ou instituições em que se apoie, agiria de maneira uniforme e maciça”;
- f) *O sujeito* – “Em face de um poder, que é lei, o sujeito é constituído como sujeito – que é ‘sujeitado’ – e aquele que obedece”; o poder é coercitivo.

Para o autor, este dispositivo seria o meio pelo qual a sexualidade é produzida e regida, bem como o sexo (ato sexual), disciplinado. Em suas palavras:

Através deste termo ‘dispositivo’ tento demarcar [...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discurso, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em sua, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes termos (FOUCAULT, 2009d, p. 244).

A partir disso, por dispositivo da sexualidade, entendem-se práticas discursivas e não discursivas, saberes e poderes que visam normatizar, controlar e estabelecer “verdades” a respeito do corpo e seus prazeres. Assim, podemos dizer que as instituições militares possuem o dispositivo da sexualidade, engendrado pela ideologia de Estado. Ou seja, o dispositivo possui a heterossexualidade como norma que rege a instituição militar. E

tudo aquilo que se opõe à norma, deve ser interdito e extinto, principalmente a homossexualidade.

Sendo a homossexualidade um tabu, muitos militares homossexuais preferem não revelar sua intimidade, seus desejos, sua verdadeira identidade. Os homossexuais militares preferem, em geral, se “preservar” de manifestações de violência verbal (como piadinhas, insultos, injúrias⁴) e de violência físico-simbólica (como ameaças, perseguições, retaliações e deserções). Segundo Eribon (2008, p. 77)

[...] a injúria é seguramente uma das formas mais notáveis (e mais concretas) daquilo que Althusser designa (metafórica e abstratamente) como a “interpelação”. Com efeito, Althusser lembra que a palavra “sujeito” [*sujet*] tem dois sentidos em francês: é, a um só tempo, “uma subjetividade livre, um centro de iniciativas, autor responsável por seus atos” e “um ser sujeitoado, submetido a uma autoridade superior, logo, desprovido de toda liberdade, exceto aceitar livremente a sua submissão” (grifos do autor).

Nesse sentido, a *preferência* de boa parte dos homossexuais militares em *esconder* sua sexualidade, é percebida nos encadeamentos de palavras (em destaque) dos seguintes enunciados⁵, retirados do *site* eletrônico www.iparaiba.com.br, provenientes da matéria “Policiais militares gays se dizem alvo de preconceito na corporação”, publicada em 11 de março de 2010, acessado em 19 de maio de 2010:

1-PMs gays afirmam que sofrem com o preconceito e, em alguns casos, preferem esconder a opção sexual (www.iparaiba.com.br, jornal eletrônico);

⁴ Para Eribon (2008, p. 75), os *gays* vivem um mundo de injúrias. A linguagem os cerca, os encerra, os designa. O mundo os insulta, fala deles, do que dizem de si. As palavras da vida cotidiana tanto quanto as do discurso psiquiátrico, político, jurídico, atribuem a cada um deles e a todos coletivamente um lugar – inferiorizado – na ordem social. Bem jovem se aprende que há pessoas que podem ser xingadas de “viado” ou de “sapatão”, e um dos efeitos mais temíveis e mais eficazes dessa injúria é que ela opera como um ato de censura, como a formulação de um interdito que se endereça a todos pelo fato de editar, garantir e reforçar a norma heterossexual, barando o acesso àquilo que é estigmatizado pela linguagem (ERIBON, 2008, p. 83).

⁵ Consultar anexo I.

2-“Ele me acusou de ter tido um caso com outro tenente da tropa, que também é homossexual, o que é uma grande mentira. Nós nunca tivemos nada, mas o comandante diz que fugi do serviço pó causa disso. Eu não sou desertor. Eu não tenho nada com esse tenente. Eu *sou vítima de uma perseguição*”, afirma ele. (Ícaro Ceita, tenente da PM);

3-Mesmo assim, o mineiro diz que *não pretende assumir sua opção publicamente no batalhão*. “É comprar uma briga sozinho. Não se tem apoio”, afirma. (soldado mineiro não identificado, mencionado na reportagem);

De certo modo, observamos nos enunciados (1), (2) e (3) que, na realidade, os homossexuais militares não *optam* ou não *preferem* esconder sua sexualidade, mas, sim, são *forçados* a fazer isso, por conta da *interpelação* ideológica norteadada pela heteronormatividade. A interpelação ideológica, funciona de forma a impingir no *imaginário* dos homossexuais militares a ideia de que são *portadores* de uma sexualidade *desviante e marginal*. Com efeito, sua sexualidade deve ser interdita, silenciada. Eribon (2008, p. 85) afirma: “toda uma tradição cultural entre os homossexuais fez crer que a visibilidade daria motivo ao olhar hostil e aos poderes de opressão”. Assim sendo, os homossexuais militares *preferem* não dar visibilidade à sua sexualidade no ambiente militar, optando, em ser *discretos*, na maior parte do tempo.

De todo modo, não existe no Código Civil Militar uma lei que possa ser utilizada contra a homossexualidade nas instituições militares, assim, as interdições, baseadas em perseguições, ameaças, exclusões e até deserções ocorrem de forma velada. Segundo Dagnese (2000, p. 33) é “o art. 235 do Código Civil Militar brasileiro que apresenta a prática do *homossexualismo*⁶ como crime contra os costumes, ocorrendo em local sob a administração militar”. Desse modo, não há, juridicamente falando, uma lei que penalize os mili-

⁶ Termo utilizado pelo autor.

tares homossexuais, por meio de exclusões, deserções, por tornarem, apenas, visíveis sua orientação sexual sem que a prática da mesma se efetive no interior das instituições. Assim, cabe-nos questionar: por quanto tempo mais as Forças Armadas brasileiras vão conseguir fechar ou manter fechados seus *armários*?

Discussões finais

Nesse artigo, podemos dizer que, no funcionamento do discurso da mídia sobre a homossexualidade nas instituições militares, podem se repetir os mesmos sentidos que, na história da humanidade, serviram para expressar o preconceito e a discriminação em relação à homossexualidade. Tais sentidos podem ser o de pecado, marginalidade, anormalidade, doença. Do mesmo modo, muitos outros sentidos podem ser silenciados, ou não-ditos, no funcionamento discursivo da mídia, por causa da influência da ideologia dominante nos quartéis. A mídia é, de acordo com Charaudeau (2009, p. 29), “uma máquina de fabricar o sentido social”, ou seja, é um campo fecundo de práticas discursivas que produzem e fazem circular infinitos efeitos de sentido na sociedade.

Como podemos perceber, o discurso da mídia evidencia e, possivelmente, continuará evidenciando, em seu funcionamento, sentidos que revelam a homossexualidade de forma estigmatizada, em diferentes momentos históricos. Esses sentidos, segundo Courtine (2009, p. 90), “se constituem na articulação de um discurso a outros discursos, através da memória discursiva”. Assim, os sentidos que evidenciam a homossexualidade como: *marginalidade, promiscuidade, anormalidade, doença, pecado*, são retomados, no funcionamento do discurso, na instância entre a constituição (interdiscurso) e a formulação (intra-discurso) do que se *diz* sobre isso. Vimos, em nossas análises, que a mídia constrói e reforça representações do discurso social hegemônico da heteronormatividade, isto é, a heterossexualidade passa a ser regulamentada a sexualidade.

Nesse sentido, notamos que a mídia constrói e reforça representações do discurso social hegemônico da heteronormatividade, cujos efeitos de sentido revelam a homossexualidade de forma estigmatizada, reforçando a segregação e o preconceito não somente no

contexto militar, mas também no contexto social em geral. Nesse sentido, podemos afirmar que a heteronormatividade, por meio da mídia, agencia o que deve ser mostrado e consumido pela sociedade através das representações de linguagem. Observamos que a mídia produz e reafirma discursos heteronormativos que são *consumidos* sem nenhuma problematização ou questionamentos por parte dos sujeitos, levando-os a uma consciência *naturalizada* da realidade.

THE MEDIA DISCOURSE ON HOMOSEXUALITY IN MILITARY INSTITUTIONS

ABSTRACT:

This article deals with homosexuality in the discursive approach. This study aims to investigate which way on homosexuality within the military institutions are evidenced in media discourse. The research is based in the theoretical-analytical Discourse Analysis of the French, from the theoretical contributions of Pecheux (2008) and theoretical Brazilian Eni Orlandi (2008) and theoretical contributions of Foucault (2009) on the issues referring to sexuality, among others. We note, in this work, in which discursive formation utterances of the media signed up to be able to "tell" about homosexuality, or as a "deviation from the heterosexual norm," or as a "sexual orientation" or "sexual orientation." The results show us that, in fact, senses evidenced in media discourse of operation are those that give the "military ideological interpellation", circumscribed by heteronormative, such as "misconduct," "sin," "abnormality" and "disease."

KEYWORDS: Discourse; Homosexuality; Media.

REFERÊNCIAS

- AIRES, Philippe. Reflexões Sobre a História da homossexualidade. In: AIRES, P & BEJIN, A. (Orgs.) *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editora Presença Ltda. 3ª ed, 1969.
- BRITZMAN, Deborah. *O que é esta coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo*. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, v.21, n.1, p. 71-96, jan/jun. 1996.
- BUTLER, Judith. Inversões sexuais. In: *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade* / Izabel C. Friche Passos, (org.). – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. – (Coleção Estudos Foucaultianos)

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*/ Patrick Charaudeau; tradução Angela S. M. Corrêa. 1. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Consultada na internet em 26 de junho de 2011 no site: <http://legislacao.planalto.gov.br>.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político*. O discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.

CRUZ, Patrícia Monteiro. M. A representação do eu: a imagem como elemento discursivo na construção de identidades feminina. *Revista eletrônica Temática*, Ano V, n.12, p. 4, dezembro, 2009.

DAGNESE, Napoleão. *Cidadania no armário – Uma abordagem sócio-jurídica acerca da homossexualidade* -/ Napoleão Dagnese. – São Paulo: Ltr, 2000.

DOMINGOS, J. J. *Discurso, poder e subjetivação: uma discussão foucaultiana*./ J. J. Domingos. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2009.

ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay* / Didier Eribon ; tradução Procopio Abreu ; editor José Nazar. – Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso; aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 18ª ed, 2009a.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009b.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*, tradução de Maria Tereza da Costa Alburquerque e J. A. Guilhon Alburquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal. 19ª ed, 2009c.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*/Michel Foucault; organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 27ª reimpressão, 2009d.

FOUCAULT, Michel. 1926-1984. *Ética, sexualidade, política* / Michel Foucault; organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. – 2ª. Ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Ditos e escritos; V).

LOURO, Guacira Lopes. *Pedagogias da sexualidade*. In: Guacira Lopes Louro (Org.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade; Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza*. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1989.

NAVARRO, Pedro. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*/ [organizado por] Maria do Rosário Gregolin. São Carlos: Claraluz, 2003. 135p.

NAVARRO, Pedro. Uma definição da ordem discursiva midiática. In: *A (des)ordem do discurso*/ Nilton Milanez, Nádea Regina Gaspar, (orgs.). São Paulo: Contexto, 2010. p. 79-93.

ORLANDI, Eni. Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso* / Eni P. Orlandi. – 2. Ed. ver. e aum. – Campinas, SP: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni. Puccinelli. *Análise de discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas SP: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni. Puccinelli. *Introdução às ciências da linguagem – Discurso e textualidade* / Suy Lagazzi-Rodrigues e Eni P. Orlandi (orgs.) – Pontes Editores, 2010 – 2ª Edição: Campinas, SP.

OKITA, Hiro. *Homossexualidade: da opressão à libertação*. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997a.

PÊCHEUX, Michel. ; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: Atualizações e Perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*; tradutores Bethania S. Mariani... [ET al.]- 3. Ed.- Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997b.

SOARES, Alexandre. Sebastião. Ferrari. *A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990)*. Tese de doutorado defendida no programa de pós-graduação em letras da UFF, 2006.

SPENCER. Colin. *Homossexualidade: uma história*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

WARNER, Michael. *Fear of a Queen planet: queer politics and social theory*. Minneapolis: University of Minnesota, 1993.

Recebido em 30/04/2015.
Aprovado em 16/09/2015.